

Economic Analysis of Law Review

Incentivos Fiscais do Imposto sobre a Renda como Instrumento de Política Social Redistributiva para a Projeção Econômica das Famílias: uma Revisão da Literatura

*Income Tax Incentives as a Social Redistributive Policy Instrument for the Economic Projection of Families: a Literature Review*¹

Liziane Angelotti Meira ²

*Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação
Getúlio Vargas (EPPG/FGV)*

Marcos Aurélio Pereira Valadao ³

*Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação
Getúlio Vargas (EPPG/FGV)*

Benjamin Miranda Tabak ⁴

*Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação
Getúlio Vargas (EPPG/FGV)*

Ana Clarissa Masuko dos Santos Araújo ⁵

*Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação
Getúlio Vargas (EPPG/FGV)*

João Vitor Rodrigues Gonçalves ⁶

Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas (EPPG/FGV)

RESUMO

Considerados importantes instrumentos de justiça social, as técnicas e incentivos do imposto de renda desempenham um papel relevante na redistribuição de renda às famílias, ao lado das políticas sociais de transferência de renda. O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão da literatura sobre o tema no nível internacional visando a identificar os principais autores, periódicos, artigos científicos, instituições, países e a frequência de publicação sobre o tema, com o intuito de subsidiar estudos direcionados. Neste sentido, realizou-se um mapeamento, através dos métodos bibliográficos baseados nas contribuições Lotka e Bradford, método de Ward e do *Wordcloud*. A pesquisa demonstra que o tema das políticas redistributivas implementadas pelo imposto sobre a renda é, academicamente, pouco discutido se comparado com o volume de produção voltada para os programas de transferência direta de renda, além de se concentrar no programa americano Earned Income Tax Credit - EITC.

Palavras-chave: Políticas sociais; Redistribuição de Renda; Famílias; Imposto sobre a Renda.

JEL: H23, H24, I38, K34.

ABSTRACT

Income tax techniques and incentives play an relevant role in the redistribution of income to families, alongside social income transfer policies, and is considered an important instrument of social justice. This article aims to present an overview of the literature review on the subject at an international level in order to identify the main authors, journals, scientific articles, institutions, countries and the frequency of publication on the subject, in order to support studies on the subject. The article presents bibliographic mapping, through bibliographic methods based on Lotka and Bradford's contributions, Ward's and wordcloud methods. The research demonstrates that the issue of redistributive social policies implemented by the income tax is academically little discussed when compared to the volume of production focused on direct income transfer programs, in addition to focusing on the American Earned Income Tax Credit - EITC program.

Keywords: Social policies; Income Redistribution; Families; Income Tax.

R: 04/03/22 **A:** 01/06/22 **P:** 31/08/22

¹ Os autores agradecem o apoio da Capes, por meio do Projeto de Pesquisa Famílias e Políticas Públicas no Brasil: Projeção Econômica das Famílias (Processo n.º 88881.610990/2021-01).

² E-mail: liziane.meira@fgv.br

³ E-mail: marcos.valadao@fgv.br

⁴ O autor agradece também o apoio financeiro do CNPq.

E-mail: benjamin.tabak@fgv.br

⁵ E-mail: ana.masuko@fgv.br

⁶ E-mail: dhc.goianesia@gmail.com

1. Introdução

Este trabalho se insere em projeto de pesquisa que visa a identificar e analisar os diferentes tipos de programas e políticas públicas sociais como instrumentos de promoção social direcionadas à projeção econômica das famílias, no âmbito internacional, bem como, avaliar a adequação e oportunidade de aplicação desses benefícios no Brasil.

Os eixos temáticos principais do projeto concernem à análise dos programas condicionais de transferência de renda e de políticas da tributação da renda, suas isenções e incentivos, as deduções permitidas do imposto de renda da pessoa física, implementação de técnicas de progressividade, voltados para o combate à pobreza, mais especificamente, focados à projeção econômica das famílias.

O Brasil está entre os países de maior desigualdade econômica no mundo, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 ONU/PNUD⁷, enfrentando problemas profundos e estruturais de pobreza e falta de acesso a itens básicos como educação e saúde. Essa situação deve se potencializar com a atual crise econômica mundial, agravada pela pandemia do coronavírus, como vem demonstrando o movimento de vários países em direção à implementação de políticas sociais redistributivas, especialmente de transferências diretas de renda, com intuito de amenizar os efeitos econômicos do isolamento social.

Considerando-se que a estrutura social, política e econômica da nossa organização social tem por base as famílias, evidencia-se a importância de estudar as espécies e verificar a eficácia das políticas visando sua proteção e seu desenvolvimento econômico.

Assim, o projeto tem como desígnio a identificação de mecanismos de proteção e apoio econômico no Brasil e a proposição de políticas públicas, baseadas no estudo nacional e na experiência internacional, para combater a pobreza e a desigualdade econômico-social, conferidos às famílias.

De acordo com o recorte metodológico eleito no projeto submetido à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC), em conjunto com a Secretaria Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, as amostras de países estrangeiros que serão analisados, compostas pelo México, Chile, França, Estados Unidos da América, Índia e África do Sul. A seleção dos países foi baseada em critérios de localidade geográfica e diversidade nos níveis de desenvolvimento, para que tal amostragem possa conferir um amplo panorama das políticas públicas sociais de apoio às famílias.

Especificamente quanto ao presente artigo, seu escopo se estabelece sob as seguintes premissas:

- i. análise da produção científica referente aos incentivos e técnicas tributárias do imposto sobre a renda, voltados ao combate da pobreza e a desigualdade econômico-social das famílias; e
- ii. os dados obtidos, de acordo com metodologia específica a ser explicitada ao longo do texto, serão analisados sob a perspectiva da revisão de literatura.

⁷ PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. New York: ONU/PNUD, 2019. Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

A contribuição almejada com esse artigo inaugural do projeto é trazer uma visão abrangente dos incentivos e técnicas tributárias de tributação da renda como instrumento de implementação de políticas sociais para o auxílio das famílias, resumindo suas tendências e padrões de artigos científicos mais relevantes que foram publicados sobre o tema, com o emprego de uma abordagem complexa da rede.

Sob o viés de uma visão panorâmica da literatura sobre o tema, fornece-se a perspectiva da relevância e efetividade de instrumentos e técnicas da tributação sobre a renda como política social para o combate à pobreza e desigualdade social, voltada para as famílias, conferindo ao estudioso uma senda segura para a análise aprofundada sobre o tema.

Ademais, a partir dos resultados da investigação, viabiliza-se a análise das políticas públicas exitosas nos países analisados, com intuito de apreender quais de seus aspectos podem ser replicados para a formulação de políticas sociais tributárias brasileiras.

2. Instrumentos da Política Social de Redistribuição de Renda Destinados à Família

A redistribuição de renda visando ao combate da pobreza pode ser alcançada pela implementação de diversos tipos de políticas governamentais, como as que promovam e incrementem a participação das mulheres na vida econômica com oportunidades equitativas; a promoção do emprego e postos de trabalho com qualidade e boas condições para os trabalhadores; promoção da educação como instrumento para endereçar as diferenças socioeconômicas das famílias; finalmente, e foco do presente trabalho, a implementação de políticas sociais que envolvam transferências de renda e instrumentos tributários, que permitam a redistribuição de renda de forma direta. As políticas estratégicas de redistribuição de renda consideradas mais efetivas e vigorosas são as transferências e técnicas e incentivos implementados pela tributação direta⁸.

No âmbito das políticas sociais tributárias e de transferência de renda, por sua vez, também há diversas categorizações, como se demonstra pelas bases de dados disponíveis e a revisão da literatura correlata. Ademais, invariavelmente, os países tendem a implementar uma combinação de diversas políticas sociais enfatizando um instrumento em detrimento do outro, a partir das peculiaridades socioeconômicas locais.

As principais bases de dados utilizadas por pesquisadores e estudiosos em âmbito mundial, para se apurar as políticas sociais de transferência de renda e imposto sobre a renda e seus efeitos redistributivos, são a *Luxembourg Income Study Database* (LIS) e a *OECD Social Expenditure Database*.

A *Luxembourg Income Study Database* (LIS)⁹ foi estabelecida em 1983 com o escopo de harmonizar os dados relativos aos rendimentos das famílias, produzidos por agências estatísticas nacionais e outros organismos competentes, de forma que estejam em conformidade parâmetros de definição comuns. O LIS é considerado o maior banco de dados de renda disponível, com microdados harmonizados, cobrindo, atualmente, cerca de 116 países na Europa, América do Norte, América Latina, África, Ásia e Australásia.

⁸ OECD. **In It Together: Why Less Inequality Benefits All**. Paris: OECD Publishing, 2015, p. 19.

⁹ Disponível em: <https://www.lisdatacenter.org/>

Incentivos Fiscais do Imposto sobre a Renda como Instrumento de Política Social Redistributiva para a Projeção Econômica das Famílias: uma Revisão da Literatura

Os microdados do LIS são disponibilizados para pesquisas como as voltados para o efeito redistributivo de impostos diretos e vários tipos de transferências sociais, a partir de dados oficiais disponibilizados pelos países referenciados.

O *OECD Social Expenditure Database (SOCX)*¹⁰ é uma base de dados de indicadores de política social de 37 países da OCDE para o período 1980-2017/18 e estimativas para 2018-2019, contendo estatísticas comparáveis internacionalmente, sobre gastos sociais públicos e privados (obrigatórios e voluntários) em programas, bem como indicadores de gastos sociais líquidos, permitindo a análise de tendências no gasto social agregado e mudanças em sua composição.

A política social de redistribuição de renda entre a população em idade produtiva é composta de diversas categorias de transferências, que incluem aquelas em pecúnia propriamente ditas, transferências *in natura*, tributação progressiva, especialmente no caso de imposto de renda das pessoas físicas. Essas transferências redistributivas serão categorizadas, ademais, por grupos de destinatários (terceira idade, população em idade ativa, por exemplo), objetivo social (como saúde e alimentação), volume orçamentário e extensão do programa.

A redistribuição fiscal engloba distintos programas, sendo que na maior parte dos países há uma divisão comum entre programas voltados para pessoas em idade produtiva e para os aposentados. As pensões são geralmente destinadas ao grupo de idosos, ao passo que os programas destinados à população em idade produtiva são mais heterogêneos, englobando benefícios para desempregados, subsídios para famílias e crianças, bem como outros tipos de benefícios sociais.

Em geral, os programas voltados para a população idosa, as pensões, abrangem o maior volume de recursos e por isso produzem a maior redistribuição, ao menos em termos absolutos. Observe-se que há grandes divergências em relação aos efeitos redistributivos das pensões ao redor do mundo, em parte explicada pela variação entre os países na proporção de idosos na população, o tamanho dos programas públicos e seus eventuais mecanismos de progressividade¹¹.

Com efeito, de acordo com dados comparados de diversos países, evidencia-se que o maior volume de políticas sociais está concentrado no grupo identificado como “idosos/incapacitados/ sobreviventes”, que absorvem cerca de 50% a 80% do tamanho total do orçamento; esse grupo é seguido por “famílias/ filhos”, que representam cerca de 10% dos recursos; o grupo de “compensação por desemprego” responde por 5%; finalmente, o grupo “geral / alimentação / assistência médica”, corresponde a cerca de 4%¹².

O perfil da pobreza tem se alterado ao longo do tempo, especialmente durante o período da crise de financeira global de 2008, a partir da qual houve um incremento generalizado da pobreza em toda a população, exceto entre os idosos. Entre 2007 e 2011 nos países da OCDE a pobreza cresceu 1% entre o grupo de crianças, 2% entre jovens e 1% nos adultos em idade produtiva, o que contrasta com o fato de que em 2007 a população idosa era que tinha maior índice de pobreza¹³.

¹⁰ Disponível em: <https://www.oecd.org/social/expenditure.htm>

¹¹ JESUIT, David K.; MAHLER, Vicent A. Fiscal redistribution in comparative perspective: Recent evidence from the Luxembourg Income Study (LIS) Datacenter, **LIS Working Paper Series**, n. 717, Luxembourg Income Study (LIS), Luxembourg, set. 2017, p. 13.

¹² CAUSA, Orsetta.; HERMANSEN, Mikkel. Income redistribution through taxes and transfers across OECD Countries, **OECD Economics Department Working Paper**, n. 1453, 91p. Paris: OECD publishing, dec. 2017, p. 50.

¹³ OECD. **In It Together: Why Less Inequality Benefits All**. Paris: OECD Publishing, 2015, p. 111.

Os levantamentos extraídos das bases de dados disponíveis, como a LIS e a SOCX, apontam para o fato de que os programas voltados para a população em idade ativa absorvem menos recursos públicos e possuem efeitos redistributivos mais limitados. Ainda, por serem mais heterogêneos, seja em relação à população destinatária (famílias, crianças, desempregados) ou à forma de concessão (prestações fixas, condicionais, incondicionais, outras assistências de seguridade social), conferem maior dificuldade para o seu levantamento e comparabilidade.

O gasto social com a população em idade ativa é medido pelo gasto social total, menos o gasto com a terceira idade e sobreviventes. Os países da OCDE alocam, em média, 12% do PIB em gastos sociais públicos para a população em idade ativa, embora em cada país, analisado isoladamente, haja grandes divergências. Desse montante, apenas cerca de um terço é recebido pelas famílias, na forma de benefícios em dinheiro, sendo que as demais políticas sociais redistributivas trazem impactos indiretos, ao aumentar a sua capacidade de consumo, por meio de outros mecanismos¹⁴.

Com relação aos grupos de destinatários, as políticas sociais para as famílias estão incluídas no grupo da população em idade ativa, que é aquele em que as desigualdades tendem a ser crescentes ao longo das últimas três décadas, de acordo com levantamento da OCDE. Com efeito, nas últimas décadas os índices de pobreza e desigualdade social migraram o seu foco da população de idosos para se concentrar entre jovens e crianças, conforme apontaram dados extraídos do *OECD Income Distribution Database*¹⁵.

Constata-se, ainda, que há o declínio generalizado na redistribuição por meio de impostos e transferências de renda nos países da OCDE nas últimas duas décadas, especialmente para a população em idade produtiva, aumentando-se a desigualdade de renda e na redistribuição para a população em idade ativa, desde meados da década de 1980.¹⁶

Esse declínio pode ser explicado pelo deslocamento das transferências gerais, para as direcionadas ou condicionais, com valores reduzidos; ademais, aponta-se para a tendência de contenção dos gastos sociais, como reflexo de restrições orçamentárias em uma série de países da OCDE nas últimas décadas.

A maior parte do declínio ocorreu de meados da década de 1990 a meados de 2000. A fase inicial da crise de 2008-09 interrompeu essa tendência de queda, refletindo o emprego de medidas fiscais discricionárias para lidar com o mercado de trabalho e crise social, apesar de persistir o declínio em índices menores.¹⁷ A composição dos gastos sociais destinados à população em idade ativa é profundamente influenciada por flutuações cíclicas no mercado de trabalho, havendo a tendência de os países enfatizarem políticas de transferência direta de renda em contextos de crises econômicas acompanhadas de altas taxas de desemprego.

Por outro lado, em contextos de melhoria do desempenho do mercado de trabalho, os países tendem a diminuir as transferências diretas e adotarem outros instrumentos redistributivos ou simplesmente diminuir os gastos sociais.

¹⁴ CAUSA, Orsetta.; HERMANSEN, Mikkel. Income redistribution through taxes and transfers across OECD Countries, **OECD Economics Department Working Paper**, n. 1453, 91p. Paris: OECD publishing, dec. 2017, p. 15.

¹⁵ OECD. **In It Together: Why Less Inequality Benefits All**. Paris: OECD Publishing, 2015, p. 25.

¹⁶ CAUSA, Orsetta.; HERMANSEN, Mikkel. Income redistribution through taxes and transfers across OECD Countries, **OECD Economics Department Working Paper**, n. 1453, Paris: OECD publishing, dec. 2017, p. 91.

¹⁷ CAUSA, Orsetta.; HERMANSEN, Mikkel. Income redistribution through taxes and transfers across OECD Countries, **OECD Economics Department Working Paper**, n. 1453, 91p. Paris: OECD publishing, dec. 2017, p. 32.

Incentivos Fiscais do Imposto sobre a Renda como Instrumento de Política Social Redistributiva para a Projeção Econômica das Famílias: uma Revisão da Literatura

Com o advento da pandemia e a forte crise econômica decorrente, há a tendência que haja, novamente, um ponto de inflexão nesses números.

Há diversos estudos, inclusive da OCDE, voltados aos instrumentos de combate à pobreza em diversos países do globo, considerando os variados tipos de transferências sociais e tributação de renda, incluindo contribuições sociais para as famílias, que verificam os efeitos combinados das transferências diretas e das políticas de imposto de renda na redução da pobreza de renda.¹⁸

O conjunto de dados de 49 países levantados através da base LIS, de 2019, trouxe evidências sobre os impactos nos níveis de pobreza obtidas por várias transferências sociais e políticas de impostos de renda em todos os países. Demonstra-se que os países se utilizam de programas de transferências sociais, combinados com mecanismos aplicados ao imposto de renda para redistribuição de renda, com resultados significativos para a redução da pobreza¹⁹. Entretanto, há uma forte evidência empírica de que os primeiros são mais efetivos para esse desígnio.

Em estudo realizado pelos autores²⁰, objetivando oferecer um panorama da desigualdade de renda e redistribuição governamental entre o final dos anos 1960 e 2010 em 20 países desenvolvidos, com base nos dados do LIS, apurou-se uma variação transnacional substancial na redistribuição fiscal geral e que as transferências são responsáveis pela maior parte da redistribuição nos países que examinados. Nos países examinados, a participação média da redução de Gini realizada por impostos é de 22,9%, enquanto a obtida por transferências é 77,1 %.

No mesmo sentido, Causa e Hermansen analisaram o efeito redistributivo do imposto de renda das pessoas físicas, das contribuições previdenciárias e transferências de renda, utilizando os dados disponíveis do LIS e do SOCX relativo aos países da OCDE, concluindo que esses dados apontam que a maior parte da redistribuição fiscal vem dos gastos orçamentários, ou seja das transferências, embora os impostos de renda também desempenhem um papel importante em muitos países.²¹

De acordo com esses dados, na média dos países da OCDE, cerca de três quartos da redução da desigualdade social devem-se às transferências, ao passo que os impostos sobre a renda das pessoas singulares e as contribuições para a seguridade social representam o restante. Em outros levantamentos da composição das políticas sociais em diversos Estados, da mesma forma, verificou-se a preponderância das transferências no desempenho do papel redistributivo.

É preciso ponderar que, muito embora essas bases de dados visem à harmonização para aperfeiçoamento dos levantamentos em bases internacionais, objetivando trazer uma estrutura passível de ser utilizada em estudos comparativos, há uma imensa gama de dados peculiares de cada país, que não podem ser captados adequadamente em estudos dessa natureza.

¹⁸ CAMINADA, Koen. *et al.* Antipoverty Effects of Various Social Transfers and Income Taxes Across Countries. **Social Indicators Research**, v. 154, n. 3, p. 1055-1076, abr. 2021, p. 1057.

¹⁹ CAMINADA, Koen. *et al.* Antipoverty Effects of Various Social Transfers and Income Taxes Across Countries. **Social Indicators Research**, v. 154, n. 3, p. 1055-1076, abr. 2021, p. 1058.

²⁰ JESUIT, David K.; MAHLER, Vicent A. Fiscal redistribution in comparative perspective: Recent evidence from the Luxembourg Income Study (LIS) Datacenter, **LIS Working Paper Series**, n. 717, Luxembourg Income Study (LIS), Luxembourg, set. 2017, p.11.

²¹ CAUSA, Orsetta.; HERMANSEN, Mikkel. Income redistribution through taxes and transfers across OECD Countries, **OECD Economics Department Working Paper**, n. 1453, 91p. Paris: OECD publishing, dec. 2017. p. 50.

No âmbito da evolução dessas políticas sociais redistributivas nas últimas décadas, especialmente com a implementação de políticas neoliberais, fortaleceu-se a tendência de mudança das transferências incondicionais de renda para transferências referenciadas no emprego, por meio de reformas tributárias que incluíram reduções no imposto de renda pessoal e concessão de créditos fiscais, condicionados ao ingresso no mercado de trabalho. Esse modelo surge com força nos Estados Unidos, que acaba por se tornar uma referência, seguida por outros países como Reino Unido e Canadá.

Essas políticas são calcadas em níveis de benefícios, requisitos de participação, limites de tempo e créditos fiscais, voltados para a promoção do emprego. Ainda, essas políticas são acompanhadas por critérios de elegibilidade mais rígidos para o recebimento de instrumentos de transferência direta.

A revisão da literatura sobre os incentivos da tributação sobre a renda com foco nas famílias reflete essa tendência, conforme se verificará nos próximos itens.

3. Políticas Tributárias na Tributação Direta Direcionados à Projeção Econômica das Famílias

Na seção anterior, asseverou-se que instrumentos da tributação direta voltados à implementação de políticas sociais de redistribuição de renda, embora desempenhem um papel secundário em relação às transferências, são um componente relevante de efeito redistributivo de renda.

De acordo com uma visão arrecadatória da tributação, políticas sociais como programas de transferência de renda implicam em gastos estatais, financiados pelo aumento da arrecadação tributária. Assim, haveria uma aparente contradição em se analisar instrumentos para a promover a mitigação da desigualdade social a partir da tributação sobre a renda.

No entanto, sob o ponto de vista da política fiscal e da “teoria da tributação”, vistas sob a ótica da ciência das finanças, um sistema tributário considerado de qualidade, deverá ser revestido de equidade, progressividade, neutralidade, simplicidade, todos considerados parâmetros de medição da qualidade da tributação²².

Sob a perspectiva da equidade tributária, um sistema é considerado de qualidade se a parcela que cada cidadão contribui para os custos do governo é justa, mensurado pela economia pública, segundo dois parâmetros, quais sejam, o princípio do benefício e o da capacidade de pagamento.

De acordo com o princípio do benefício, cada cidadão deverá suprir os custos do Estado para a realização do interesse público, proporcionalmente aos benefícios recebidos, isto é, cada contribuinte deve concorrer com a “parcela justa” para a cobertura dos custos governamentais. Por outro lado, de acordo com o princípio da capacidade de pagamento, busca-se a equidade vertical, ou seja, cada cidadão pagará o imposto em consonância com sua capacidade de pagamento, independentemente do respectivo benefício recebido.

²² MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças Públicas: Teoria e Prática**. Tradução: Carlos Alberto Primo Braga. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1980. p. 178.

Incentivos Fiscais do Imposto sobre a Renda como Instrumento de Política Social Redistributiva para a Projeção Econômica das Famílias: uma Revisão da Literatura

As políticas tributárias implementadas por um determinado Estado poderão veicular essas características em seu sistema tributário, priorizando e induzindo determinados comportamentos dos agentes econômicos, podendo ou não, afetar a inclusão social.

Assim, há diversas técnicas de tributação aptas a incrementar a equidade vertical do sistema tributário de um país, medidas de políticas sociais redistributivas que um governo poderá implementar. Medidas como o aumento da progressividade em faixas de rendas mais baixas, políticas tributárias de estímulo à contratação de trabalhadores em benefício das famílias e crianças, com a concessão de créditos fiscais que reduzam o montante a ser pago de imposto sobre a renda, eliminação de deduções do imposto de renda que tendem a beneficiar os mais ricos desproporcionalmente, revisão da tributação de todas as incidências sobre o patrimônio e riqueza, tributação sobre a transferência de ativos.

Tomando-se a técnica da progressividade, exemplificativamente, que é amplamente difundida em diversos sistemas tributários ao redor do mundo, observa-se que essa técnica tem como vetor que aqueles que mais auferem renda, devem pagar mais tributo, em atendimento à justiça tributária. Diferentemente da proporcionalidade, na progressividade, aumenta-se a contribuição de um cidadão, em medida superior ao incremento da riqueza, de maneira que quanto maior a base tributável, maior a alíquota incidente, de sorte que pode operar como relevante mecanismo redistributivo, adequadas as faixas tributárias com esse escopo.

Portanto, considerando que a busca por um sistema tributário de qualidade, inclusive equitativo, seja um objetivo, em princípio, almejado por todos os Estados, os mecanismos tributários que possam eventualmente impactar na situação econômica das famílias ficam imersos no âmbito geral das políticas tributárias, não se evidenciando em dados específicos pertinentes ao tema. Acresça-se que, em momento de crises econômicas, nos quais há o declínio das rendas advindas de postos de trabalho, muitos países concedem benefícios fiscais para empresas que indiretamente atingem as rendas familiares.

Observe-se, ainda, que há uma série de limitadores para obtenção de dados homogêneos, pois existem informações sobre determinados países que não estão disponíveis nos bancos de dados existentes e que podem afetar os resultados levantados.

Em regra, os levantamentos voltados à estimativa dos impactos da tributação para a redistribuição de renda tomam em conta os dados referentes à arrecadação de tributos diretos.

Destarte, os dados disponíveis sobre a renda nacional não trazem informações sobre os impostos indiretos ou sobre o consumo, que são de difícil apuração, até mesmo pelos órgãos competentes nos respectivos países. Ademais, há uma grande variação na parcela da receita que esses impostos geram, em termos de parcelas do PIB. Há estudos para o caso brasileiro mostrando a regressividade do sistema tributário brasileiro devido à sua estrutura arrecadatória calcada nos tributos indiretos de forma mais preponderante que os outros países, especialmente os membros da OCDE, o que tem como efeito a concentração da renda e patrimônio.²³

De acordo com levantamento da OCDE, no Brasil a estrutura da tributação é composta em grande parte pelas contribuições de seguridade social (25,7%), seguida pela tributação indireta (42,8%), sendo o imposto sobre a renda responsável por apenas 22,4%, e a tributação sobre o patrimônio, 4,6%²⁴. Em virtude de complexidades da sistemática de incidência tributária

²³ NUNES, Cleucio Santos. **Justiça Tributária**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019, *passim*. GASSEN, Valcir. **Equidade e Eficiência da Matriz Tributária Brasileira**. 2 ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016 *passim*.

²⁴ OECD *et al.* **Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2021**, OECD Publishing, Paris, 2021. DOI: 10.1787/96ce5287-en-es, p.175.

no Brasil, há algumas controvérsias nestes cálculos. Em recente estudo, para 2017, as componentes em termos de bases tributáveis eram: consumo (tributos indiretos): 54,4%; folha de salários: 20,3%; renda/lucro: 18,2%; patrimônio: 4,6% e outros 2,5%.²⁵ Portanto, a partir de tal estrutura de tributação, pode-se afirmar que a tributação brasileira detém características de regressividade, que impactam na concepção de políticas sociais que se valham de instrumentos tributários redistributivos.

O óbice da dificuldade de obtenção de dados sobre os tributos indiretos é o motivo mais relevante para que os estudos sobre a redistribuição de renda sejam, invariavelmente, focados no imposto de renda e as contribuições de seguridade social. Ainda, prevalece o entendimento de que os tributos indiretos não seriam redistributivos, porque revestidos pela racionalidade da regressividade, isto é, impactam mais fortemente os indivíduos com menores rendas, que teriam parcelas maiores de sua renda comprometidas pela tributação.

Segundo os autores²⁶, os tributos indiretos desempenham um papel relevante no incremento da receita de alguns países, portanto, impactando nos benefícios sociais redistributivos. A evidência empírica para a afirmação, estaria na relação entre a participação dos tributos indiretos no PIB de um país à medida em que a desigualdade de renda do setor privado é reduzida pelas transferências sociais. Assim, verificou-se que o peso dos tributos indiretos está relacionado positivamente com o grau em que as transferências sociais públicas reduzem a desigualdade no setor privado.

Não obstante, conforme mencionado, para efeitos de harmonização e elaboração de análises com viés internacional, os tributos indiretos são um relevante componente da análise redistributiva dos tributos, não captado pelas bases de dados internacionais disponíveis.

Nos termos já referidos, políticas estabelecidas para a arrecadação dos tributos diretos são instrumentos primordiais para a redistribuição de renda em diversos Estados, ainda que, em média, tenham um impacto bem reduzido em relação às transferências.

Nos mesmos moldes que as transferências de renda, as políticas tributárias sofreram declínio de seu papel redistributivo, adquirindo configuração mais heterogênea em diversos países nas últimas décadas. Todavia, embora também tenha se verificado o declínio no seu efeito redistributivo, houve uma parcial compensação com pequeno aumento em sua progressividade nas faixas de menores rendas e diminuição nas faixas superiores²⁷.

Portanto, esse declínio dos efeitos redistributivos tributários relaciona-se com o contexto geral de declínio das políticas sociais redistributivas no mundo, especialmente a partir da década de 90, com a implantação de um modelo estatal neoliberal, no âmbito do qual se constata a tendência de as reformas fiscais focarem em critérios de eficiência.

²⁵ Verifica-se uma diferença marcante em termos de aporte da carga tributária em relação aos EUA (menos regressiva), tendo como base o ano de 2016, que eram: consumo (tributos indiretos): 16,9%; folha de salários: 24,0%; renda/lucro: 47,9%; patrimônio: 11,1% e outros 0,0% (residual). GASSEN, Valcir.; VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. **Tributação nos Estados Unidos e no Brasil: Estudo comparativo da matriz tributária** (atualizado com a reforma tributária Trump). São Paulo; Almedina, 2020, p. 99-100.

²⁶ JESUIT, David K.; MAHLER, Vicent A. Fiscal redistribution in comparative perspective: Recent evidence from the Luxembourg Income Study (LIS) Datacenter, **LIS Working Paper Series**, n. 717, Luxembourg Income Study (LIS), Luxembourg, set. 2017, p. 11.

²⁷ CAUSA, Orsetta.; HERMANSEN, Mikkel. Income redistribution through taxes and transfers across OECD Countries, **OECD Economics Department Working Paper**, n. 1453, 91p. Paris: OECD publishing, dec. 2017, p. 65.

Incentivos Fiscais do Imposto sobre a Renda como Instrumento de Política Social Redistributiva para a Projeção Econômica das Famílias: uma Revisão da Literatura

Nesse contexto, a grande referência sobre o tema é o programa denominado *Earned Income Tax Credit* (EITC) dos Estados Unidos, que tem como cerne a manutenção de pais em postos de trabalho, com o estabelecimento de condições, tais como atividades voltadas à procura de emprego ou treinamento.

Nas últimas décadas, verifica-se que em democracias liberais como os Estados Unidos, o Reino Unido, Canadá e Austrália, os formuladores de políticas têm focado suas políticas sociais voltadas para que os pais busquem e mantenham o emprego, por isso, denominadas de “*in-work benefits*”. Exemplos de reformas de políticas incluem condicionar a assistência em dinheiro à necessidade de atividades, aumentar os benefícios do trabalho, impor limites de tempo à assistência em dinheiro e reduzir o nível e o acesso à assistência em dinheiro incondicionalmente²⁸.

Esses programas são baseados na concessão de créditos tributários concebidos para incentivar o trabalho entre famílias de baixa renda, invariavelmente condicionados a critérios como aumentos proporcionais da renda auferida, rendas familiares abaixo de determinados patamares, tamanho das famílias, quantidade de horas laborais, diminuindo-se os benefícios em função do aumento da renda.

No âmbito da vasta literatura que trata sobre benefícios que assumem a configuração do tipo do EITC, discute-se seus efeitos para o núcleo familiar, como o impacto sobre as crianças dos requisitos de atividade dos pais, benefícios para melhora nas condições de saúde, comportamento cognitivo e social, participação no mercado de trabalho de mães e pais solteiros, bem-estar econômico e social dos pais, dentre outros impactos relevantes para o núcleo familiar.

Essa alteração de paradigma, entretanto, baseadas em condições do mercado de trabalho, em muitas situações podem refletir em déficit de inclusão social, a depender de variáveis socioeconômicas, como contingentes populacionais excluídos do mercado de trabalho, por baixa qualificação.

Destarte, os países que implementam modelos de *in work benefits*, de forma geral, têm economias desenvolvidas e com baixos índices de desemprego. Contudo, a racionalidade desses modelos não é, em princípio, aderente com economias com altas taxas de desemprego e trabalho informal, baixos salários reais, que evidenciam a necessidade de sua combinação com programas de transferência de renda.

Assim, as reformas sociais implementadas em diversos países nas últimas quatro décadas, que trazem requisitos para o recebimento de benefícios com a concomitante redução de transferência de renda incondicionais, como condições de exercício de determinada atividade, limites temporais no recebimento dos benefícios pecuniários e a expansão de créditos fiscais atrelados ao trabalho, em princípio, não são compatíveis, em termos de políticas sociais, em contextos de agudas crises econômicas, como a atualmente vivenciada após a pandemia gerada pela Covid-19²⁹.

Com efeito, mesmo em países que priorizam as políticas de *in-work benefits*, há uma combinação com benefícios de transferência diretas de renda ou em espécie. É o caso dos EUA em que ao lado do EITC, há políticas como o SNAP antes denominado de *Food Stamp Program*,

²⁸ BROADWAY, Barbara. *et al.* Literature review on the impact of welfare policy design on children and youth. *Journal of Economic Surveys*, p.1-32, oct. 2021. No prelo. p. 2.

²⁹ BROADWAY, Barbara. *et al.* Literature review on the impact of welfare policy design on children and youth. *Journal of Economic Surveys*, p.1-32, oct. 2021. No prelo. p. 26.

em que as famílias recebem créditos para dispender com alimentação ou o TANF (*Temporary Assistance for Needy Families*) que confere pagamentos a famílias vulneráveis.

Nesse contexto, a crise econômica mundial gerada pela pandemia do Covid-19, pode alterar os paradigmas atuais e a composição das políticas sociais para as famílias, em face de impactos não apenas na perda de postos de trabalho, mas de mudanças econômicas estruturais.

Em face desse panorama, estudos que visem à análise de políticas com base em evidências depreendidas das peculiaridades socioeconômicas de um Estado à luz das experiências internacionais comparadas, podem aperfeiçoar suas políticas sociais, projetando seus sistemas tributários adequadamente sintonizados com mecanismos de transferência, de modo a conciliar objetivos de equidade e eficiência.

O presente trabalho tem como objetivo revisar a literatura científica existente sobre as políticas tributárias do imposto de renda, como instrumento redistributivo, para compreender quais são os eixos temáticos principais sobre o assunto e os correlatos subtemas, os países em que se concentram os estudos, os autores principais, de forma a ser um guia de pesquisa para os estudiosos que se dedicarem ao tema.

4. Informações e Dados.

Para a revisão de literatura utilizamos as bases de dados *Web of Science* e *Scopus* para buscar a literatura sobre incentivos tributários de imposto sobre a renda voltado às famílias. Para constituir uma consulta de pesquisa usando os seguintes termos em forma aditiva por cada cláusula:

“INCOME TAX” AND FAMILY

Ao se proceder a busca dessa forma, foram encontrados 323 resultados no *Web of Science* e 313 no *Scopus*. A partir do programa “R” foi possível analisar o resultado de pesquisa de ambas as bases de dados para se chegar a uma base total de 458 resultados, com 178 documentos duplicados. Na busca realizada, somado o resultado de ambas as plataformas de pesquisa, foi possível encontrar cerca de 389 artigos científicos, 6 artigos com acesso antecipado aprovados para publicação, 11 artigos oriundos de anais de eventos científicos eventos, congressos e feiras científicas, 1 artigo de conferência, 1 nota, 27 trabalhos publicados em anais de eventos, congressos e feiras científicas, 22 trabalhos de revisão e 1 trabalho de revisão com acesso antecipado aprovado para publicação.

Esses termos foram buscados no título, resumo e palavras-chave dos artigos em *Scopus* e no *Web of Science*, trabalhando-se com o intervalo temporal de inicial no ano 2000 até 2021, filtrando apenas os artigos que estão e publicados em revistas processos de conferência e revisões de literatura, em língua inglesa.³⁰

³⁰ TITLE-ABS-KEY ("income tax" AND family) AND (LIMIT-TO (SRCTYPE , "j") OR LIMIT-TO (SRCTYPE , "p")) AND (LIMIT-TO (SUBJAREA , "SOCT") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "ECON") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "BUSI") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "MULT")) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE , "ar") OR LIMIT-TO (DOCTYPE , "re") OR LIMIT-TO (DOCTYPE , "cp") OR LIMIT-TO (DOCTYPE , "no")) AND (LIMIT-TO (PUBYEAR , 2021) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2020) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2019) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2018) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2017) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2016) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2015) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2014) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2013) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2012) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2011) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2010) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2009) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2008) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2007) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2006) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2005) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2004) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2003) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2002) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2001))

Com essa metodologia é possível focar nos trabalhos mais importantes publicados nesta literatura, além de se verificar qual é a relevância dessas políticas tributárias nos países selecionados, com o fim de projetar economicamente as famílias.

5. Informações e Dados

5.1 Método de Ward

O método de Ward é uma forma de agrupamento hierárquico representado em forma de um agrupamento realizado através de etapas. Em suma, configura-se como aquele em que se cria um número “n” de agrupamentos, onde “n” equivale ao número de observações, e então se passa a mesclar esses agrupamentos de forma que, ao fim, estes se tornem apenas um³¹.

A forma como é feita essa mescla é baseada no valor “E” que como explicado pelo autor³² trata-se da soma dos quadrados, ou variância; a mescla é feita somente nos casos em que o valor E é o menor possível.

O resultado de métodos de agrupamento hierárquico pode ser visualizado através de dendrogramas, que são gráficos onde em um extremo se encontra o menor número de agrupamentos - geralmente apenas um - e no outro extremo, o maior número de agrupamentos - no caso do método de Ward, um agrupamento por “n”³³. Esses agrupamentos desempenham a função de representar graficamente, através de uma figura semelhante a estrutura de uma árvore, determinadas categorias, classes e divisões que possuem características ou similaridades em comum.

A seguir, com base nas informações e dados obtidos pela revisão da literatura objeto do presente trabalho (conforme seção 4), forma-se o seguinte dendrograma:

2014) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2013) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2012) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2011) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2010) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2009) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2008) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2007) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2006) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2005) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2004) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2003) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2002) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2001) OR LIMIT-TO (PUBYEAR , 2000)) AND (LIMIT-TO (LANGUAGE , "English"))

³¹ ROMESBURG, Charles. **Cluster analysis for researchers**. North Carolina: Lulu Press, 2004. pp. 129-134.

³² ROMESBURG, Charles. **Cluster analysis for researchers**. North Carolina: Lulu Press, 2004. pp. 129-130.

³³ MALIK, Alok.; TUCKFIELD, Bradford. **Applied unsupervised learning with R: Uncover hidden relationships and patterns with k-means clustering, hierarchical clustering, and PCA**. Birmingham: Packt Publishing Ltd, 2019. p.70.

considerado um relevante alvo do programa EITC, e sobre a necessidade de reformulação dos programas de benefício e incentivo fiscal associado ao combate às desigualdades e a pobreza, cujo objetivo geral é a promoção da redistribuição de renda em prol das famílias.

5.2 Lei de Lotka

A Lei de Lotka pode ser compreendida como um modelo matemático de análise utilizado para mensurar a produtividade de autores na forma de publicações, com o intuito de mensurar o tamanho da contribuição de diferentes pessoas para o progresso da ciência³⁴. Dessa forma, o número de autores que fazem “n” contribuições em determinado campo de conhecimento científico é aproximadamente $1/n^2$ daqueles que faz em uma só e que a proporção daqueles que fazem uma única contribuição é de cerca de 60%³⁵.

A fórmula mencionada se baseia em três elementos indispensáveis para estimar o impacto da produtividade de autores na ciência: a) o que considera a quantidade de publicações realizadas ou estimadas representada pela variante (X); b) o que considera a frequência estimada da quantidade de autores com X publicações científicas representada pela variante (Y); e c) a constante utilizada para realização do cálculo representada pela variante (N^{-2}) como complementação.

A ordem das variantes utilizadas para realização dos cálculos necessários propostos pela lei pode variar conforme a preferência de cada autor, contudo, aplica-se a fórmula tradicionalmente conhecida expressa pela representação

$$Y_x = CX^{-n}$$

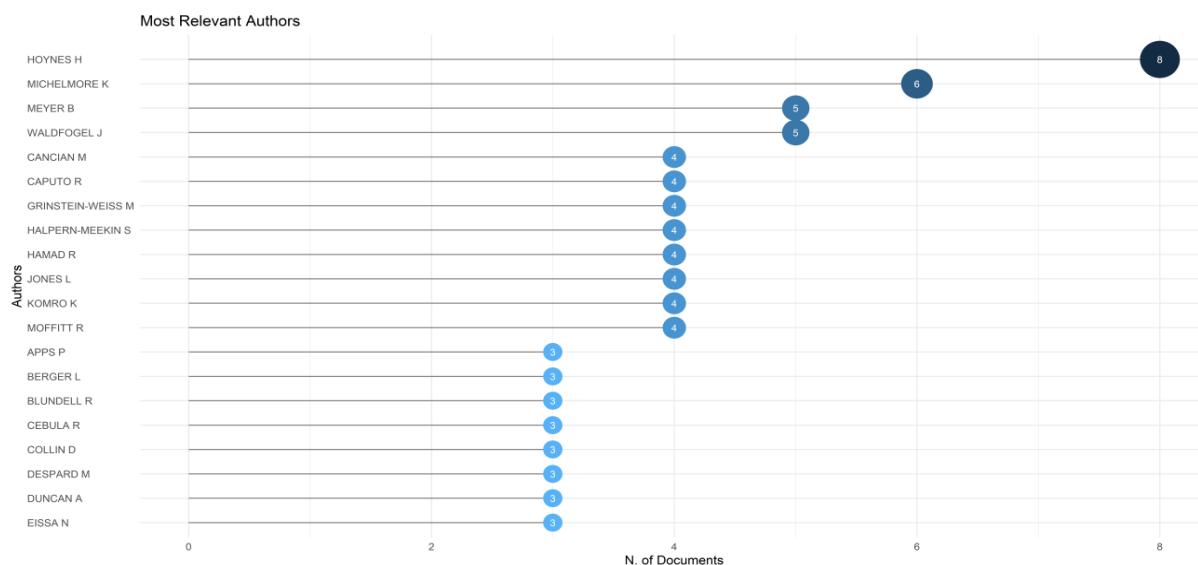
É possível exemplificar a aplicabilidade da fórmula proposta através de situações hipotéticas, com o objetivo de facilitar a compreensão do leitor sobre a lei proposta por Lotka. Em resumo, a lei de Lotka busca, por meio de sua regra matemática, medir ou quantificar o número de autores que contribuíram durante um determinado período de tempo, através da escrita de *papers* científicos, com a finalidade de mensurar o seu impacto individual sobre o conhecimento específico de determinada área.

A Figura 02, a seguir, elaborada com os dados obtidos de acordo com o levantamento bibliográfico realizado nos termos da seção 4 desse trabalho, a partir da aplicação da Lei de Lotka, assume a seguinte configuração:

³⁴ URBIZAGASTEGUI, Ruben. A produtividade dos autores sobre a lei de Lotka. **Ciência Da Informação**, v. 37, n. 2, p. 87-102, dez. 2008. pp. 3-4.

³⁵ CÂNDIDO, Ricardo Batista. *et al.* Lei de Lotka: um olhar sobre a produtividade dos autores na literatura brasileira de finanças. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 23, n. 53, p. 1-15, set./dez., 2018. p.3.

Figura 2: Impacto de autores mais relevantes na literatura especializada.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

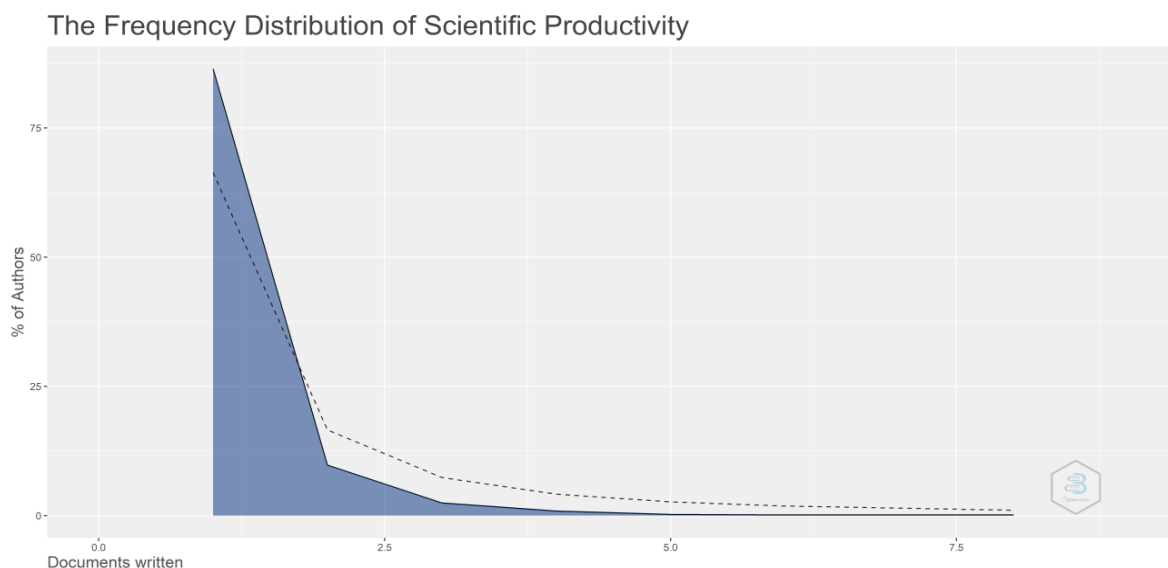
Da Figura 2, com base na aplicação da Lei de Lotka, é possível observar a contribuição de determinados autores e sua significativa relevância para com a temática específica relacionada a benefícios e incentivos fiscais representados através da figura.

Nota-se os 20 autores que mais publicam sobre temática do imposto de renda como instrumento redistributivo em benefício das famílias, listados de forma decrescente. É possível observar que a diferença entre o primeiro colocado (HOYNES, H.), que apresenta 8 artigos sobre o tema e o último (EISSA, N.) que apresenta 3 artigos publicados sobre o tema é baixa, podendo deduzir que não há autores que sejam demasiadamente prolíficos sobre o tema.

De acordo com a figura, é possível estabelecer uma análise ligada a produtividade dos autores que, embora detenham relevância através de suas produções acadêmicas, pode ser considerada baixa se comparada a temáticas semelhantes, a exemplo de programas de transferência de renda.

Através da observação da figura, também é possível associar que essa temática trata de um tema de nicho, que não é amplamente abordado pela comunidade acadêmica de modo geral nas plataformas de pesquisa e veículos de publicação de obras acadêmicas e não possui um alto impacto de significativa relevância científica.

Figura 3: Frequência da distribuição da produção científica acumulada.



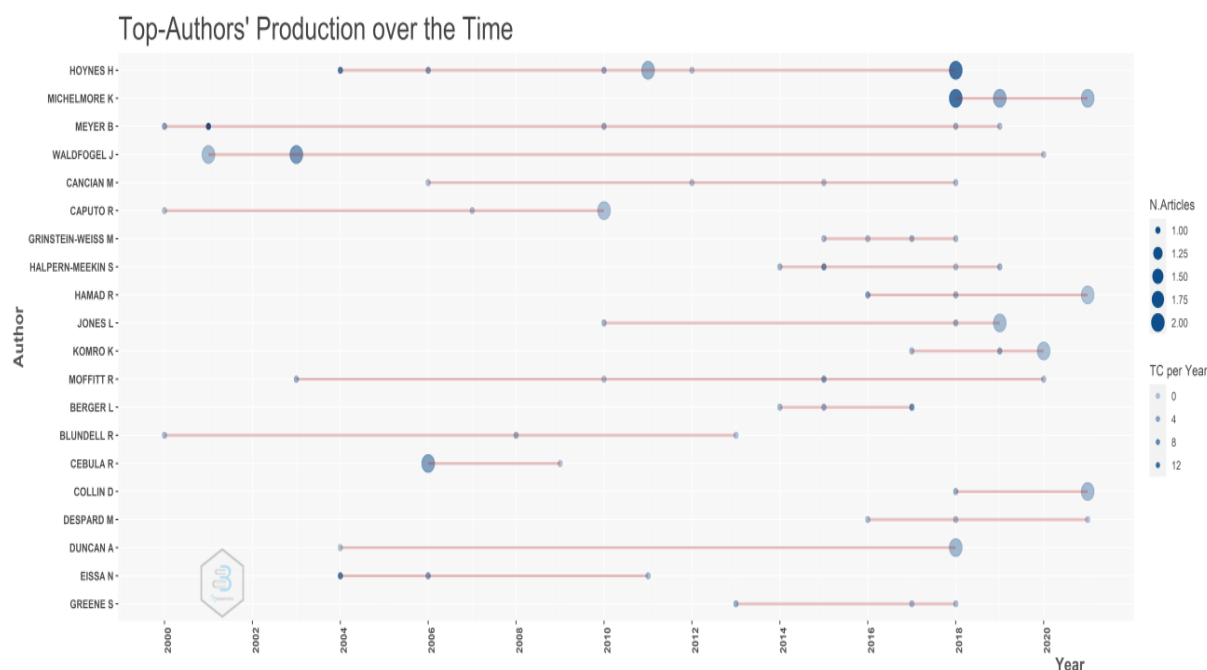
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A Figura 03, também baseada na metodologia proposta por Lotka, demonstra a contribuição de determinados autores para com a temática em evidência, em formato distributivo, conforme apresentado acima.

Os resultados apontam que mais de 75% dos autores contribuíram somente com uma fração menor que 2,5% de documentos escritos que podem ser considerados artigos científicos ou produções acadêmicas de significativa relevância acadêmica.

O impacto da contribuição dos autores para a temática pode ser considerado moderada, baseado na exposição dos resultados. Contudo, seria imprudente afirmar que os resultados demonstram um cenário favorável ou otimista com a temática, considerando que a produtividade dos autores não atinge níveis relevantes e não apresenta determinado protagonismo.:

Figura 4: Distribuição da produção científica dos principais autores da literatura especializada.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Na Figura 4, é possível observar a produção dos autores através do tempo, com o eixo vertical representando os diferentes autores e o eixo horizontal, o tempo representado em anos. O tamanho do círculo azul representa o número de publicações feitas por determinado autor naquele ano, ao passo que a transparência desse círculo é referente ao número de citações associadas aos seus trabalhos e produções acadêmicas nesse período de análise.

A linha vermelha é referente ao período de atividade de cada autor, iniciando na data de primeira publicação sobre o tema, desde os anos 2000, e finalizando em sua última publicação, no ano 2020, com escala elaborada com intervalo de dois anos. Observou-se que dentro dos 20 autores abordados há diversos períodos de início de publicação diferentes, principalmente entre os autores HOYNES H., que possui uma regularidade de publicação em um intervalo de 14 anos (2004-2018), e MICHELMORE K., que assume o protagonismo sobre o tema a partir de 2018 e consegue projeção de determinada relevância em um curto espaço de tempo, tornando-se este o segundo autor de determinada relevância para a temática.

5.3 Lei de Bradford

Bradford, entre as décadas de 30 e 50, desenvolveu um trabalho pioneiro contendo as suas observações sobre a dispersão de artigos de periódicos científicos reunidas na obra “Documentação”, o que resultaria posteriormente na conhecida “Lei de Bradford”³⁶.

³⁶ PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Lei de Bradford: Uma reformulação conceitual. **Revista Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 1983. p. 62.

Incentivos Fiscais do Imposto sobre a Renda como Instrumento de Política Social Redistributiva para a Projeção Econômica das Famílias: uma Revisão da Literatura

A Lei de Bradford busca identificar a extensão da publicação de artigos científicos de um determinado tema em revistas especializadas sobre o assunto, com o objetivo de mensurar o grau de relevância do periódico para a temática³⁷.

Através da metodologia proposta por Bradford, é possível estabelecer um processo de melhoria contínua entre os periódicos com maior grau de importância sobre determinado assunto, que, de modo consequente, estimulam autores a submeter seus trabalhos, de modo cada vez mais frequente, a revistas que detenham estimado grau de relevância.

A lei estabelece uma relação constante de fenômenos no contexto teórico da Ciência da Informação e é frequentemente utilizada para avaliação de serviços de indexação e resumo, bibliografias e na política de aquisição³⁸.

Os periódicos se ordenados de forma decrescente para mensurar sua produtividade, poderão ser distribuídos num núcleo de periódicos mais direcionados a esse assunto e em diversos grupos ou zonas, contendo o mesmo número de artigos que o núcleo, sempre que o número de periódicos e das zonas sucessivas for igual a “1:n:n2”.

De acordo com as contribuições do autor³⁹, (1969) a lei de *Bradford* pode ser materializada formalmente pela equação:

$$R(n) = K \log(n/s)$$

Nesse enunciado, o conceito “n” se refere aos periódicos científicos; R(n) ao total cumulativo de publicações em periódicos utilizados, representados por “n”; e finalmente o conceito “k” pode ser interpretada como constante que pode variar de acordo com a temática designada pela pesquisa.

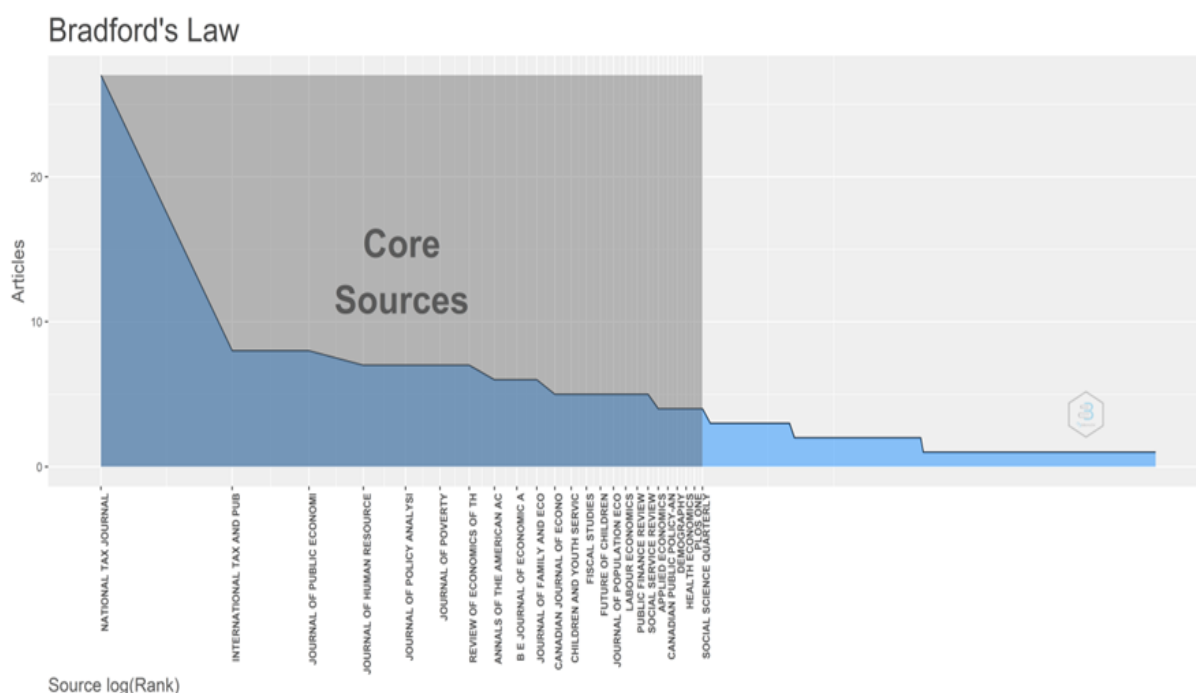
Reitera-se que, em qualquer área de pesquisa haverá uma concentração de periódicos, com a maior incidência de artigos, seguido por zonas que contém revistas científicas de menor impacto e relevância acadêmica e baixa demanda de papers. A Figura 05 a seguir foi elaborada com base na Lei de Bradford e com os dados obtidos de acordo com o levantamento bibliográfico realizado nos termos da seção 4 desse trabalho, como se observa:

³⁷ JÚNIOR, Celso Machado. *et al.* Análise de Viabilidade de Utilizar as Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Pesquisa. In: **XXXVIII Encontro da ANPAD**, 28., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração, 2014. p. 5.

³⁸ PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Lei de Bradford: Uma reformulação conceitual. **Revista Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 1983. p. 61.

³⁹ BROOKES, Bertram Claude. Bradford's Law and the Bibliography of Science. **Nature**, v. 224, p. 953–956, dez. 1969. p. 954.

Figura 5: Panorama geral dos principais períodos da literatura especializada.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

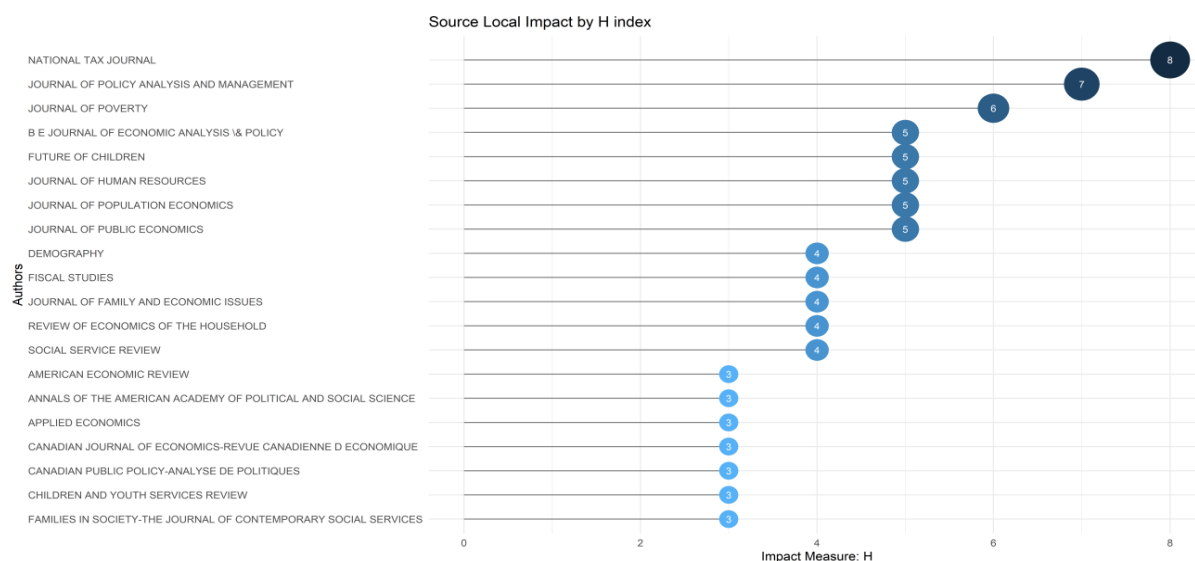
Na Figura 05, com base nas contribuições baseadas nos conceitos de Bradford, é possível observar os principais periódicos científicos que contêm os mais importantes artigos e produções acadêmicas referentes à temática de benefícios fiscais.

Através da imagem, é possível identificar a aglomeração do número de artigos sobre o tema em cada uma dessas revistas.

Nota-se que há uma predominância da revista *National Tax Journal*, indicando duas possibilidades de análise, sendo: a) o periódico pressupõe uma maior concentração de produção acadêmica de alto impacto em relação aos demais; e b) há uma maior atenção sobre a temática de programas de benefício fiscal dentro dos Estados Unidos, país de publicação da revista e que, de forma coincidente, também possui o programa de referência para a temática a nível global, o EITC.

Ademais, as revistas que apresentam uma menor quantidade de publicações do que a principal fonte sobre o tema apresentam enfoques dispersos em áreas correlatas, a exemplo de periódicos focados em questões alinhadas às áreas de economia, políticas públicas, administração e até mesmo recursos humanos.

Figura 6: Distribuição decrescente dos principais períodos da literatura especializada.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Às observações anteriores, podem ser combinados os dados veiculados na Figura 6, que mensura o impacto dos principais periódicos relacionados ao tema, é possível observar a predominância de determinadas revistas e sua relevância para o tema em estudo. Nota-se que os 20 periódicos de maior impacto e que concentram os principais artigos científicos e produções acadêmicas estão listados de forma decrescente. É possível observar que a diferença entre o primeiro colocado (*National Tax Journal*), que apresenta um índice de impacto 8, e o último (*Families in Society – The Journal of Contemporary Social Services*) que apresentam um índice de impacto aproximado a 3, é relativamente baixa.

A análise da figura sugere a que não há periódicos que sejam demasiadamente prolíficos sobre o tema e que possuam uma alta frequência de publicação de artigos de alto impacto. De acordo com a figura, também é possível estabelecer uma análise ligada à produtividade dos periódicos que, embora detenham relevância através de suas produções acadêmicas, pode ser considerada baixa se comparado com sua ordem decrescente. A diferença entre os três principais veículos de publicação listados na figura pode ser considerada também baixa, o que reitera que o tema da tributação sobre a renda como instrumento de política social, não é amplamente abordado pela comunidade acadêmica nas plataformas de pesquisa e veículos de publicação de obras acadêmicas.

5.3 *Wordcloud*: análise da nossa word cloud – m

O desafio de apresentar informações textuais de forma clara e intuitiva é muitas vezes superado utilizando *Word Clouds*. Em síntese, *Word Cloud* são representações gráficas de informações textuais, geralmente palavras-chave, onde as principais palavras se encontram na parte central e em maior tamanho do que as palavras de menor importância. O uso de *Word*

[illegible]

Através da técnica *WordCloud*, representada na Figura 7, é possível identificar os principais conceitos e palavras-chave que se posicionam conforme o grau de importância e a frequência em que são utilizadas.

As palavras situadas ao lado dos conceitos mais utilizados ajudam a compreender o desenho das políticas fiscais, de modo a enfatizar que os conceitos associados à família, crianças e mulheres se fazem presentes e necessários na compreensão da literatura. Citado por repetidas vezes em análises anteriores, o “*EITC*” também aparece como uma das palavras frequentemente usadas nas buscas sobre a temática e se estabelece como um objeto de estudo indispensável.

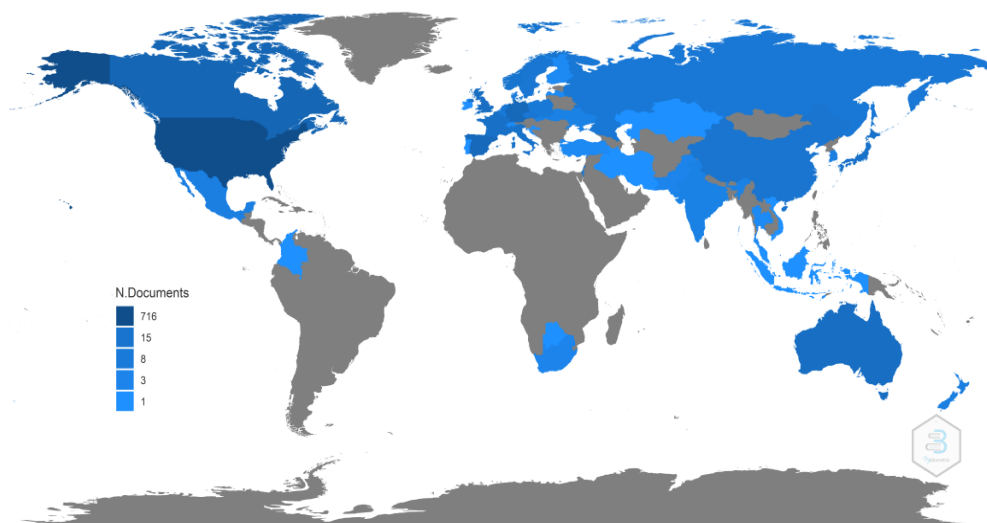
EALR, V. 13, n° 2, p. 337-363, Mai-Ago, 2022

6. Produção Científica Sobre o Tema Distribuída por Países

Outro dado relevante, apto a ser apurado pela metodologia utilizada, é a distribuição da produção científica sobre o tema pelo mundo, representada graficamente na figura a seguir:

Figura 8: Panorama global da distribuição da produção científica da literatura especializada por países.

Country Scientific Production



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A Figura 08 ilustra de maneira evidente a distribuição da produção científica direcionada a temática das políticas tributárias redistributivas, voltadas ao imposto sobre a renda, ao redor do mundo.

A indiscutível liderança dos Estados Unidos na concentração da produção científica sobre a temática, corrobora as verificações a partir das figuras anteriores. Além de possuir o EITC, programa de referência global sobre o tema, o país detém as principais revistas e um número expressivo relativo à publicação de artigos científicos e produções acadêmicas. Quando combinados, esses fatores determinam o protagonismo do país em cenário global, o que permite associar sua indiscutível liderança a uma estrutura favorável a continuidade de estudos, ao se consolidar como referência mundial nas discussões sobre programas e políticas fiscais com viés redistributivo de rendas para as famílias, a partir de benefícios no âmbito do imposto de renda das pessoas naturais.

Por outro lado, ao se analisar de forma mais detalhada essa produção científica sobre o tema do imposto sobre a renda utilizado como instrumento de redistribuição de renda para famílias, pode ser mais bem apreendido o desequilíbrio mencionado, como se observa da tabela a seguir:

Tabela 1: Sumário das variáveis

Region	Freq.
USA	716
CANADA	61
GERMANY	48
SPAIN	43
AUSTRALIA	28
UK	27
FRANCE	22
ITALY	18
JAPAN	18
NORWAY	14
CHINA	13
CZECH REPUBLIC	12
SWEDEN	12
ISRAL	10
NETHERLANDS	10
RUSSIA	10
BELGIUM	9
POLAND	9

Fonte: elaboração própria

Liderado pelo Canadá e por alguns países do continente europeu, o baixo índice de produções científicas descentralizadas dos Estados Unidos, espalham-se de forma gradativa em outros países de diferentes continentes, entretanto, não são capazes de canalizar uma quantidade de produções, que possa revelar foco de interesse sobre o assunto.

Em relação aos países selecionados como objeto de análise da pesquisa, apenas os Estados Unidos, a França e o México, em ordem decrescente de nível de produção, possuem publicações sobre o tema, não aparecendo o Brasil, a Índia, África do Sul e Chile, o que pode ser um indicativo, conforme mencionado anteriormente, seja do volume de recursos que os países dispõem para as políticas sociais redistributivas, ou de que tais políticas estão volvidas quase que exclusivamente para instrumentos de transferência de renda.

7. Conclusões

A redistribuição de renda visando ao combate da pobreza pode ser alcançada pela implementação de diversos tipos de políticas governamentais, sendo que as políticas estratégicas de redistribuição de renda consideradas mais efetivas e vigorosas são as transferências de renda e incentivos e técnicas voltados à tributação direta, que segundo levantamentos obtidos em base de dados internacionais, geram impactos comprovados no grau de concentração de renda medidos pelo índice de Gini.

As políticas sociais de redistribuição de renda são compostas por diversos programas, em geral, categorizados naqueles voltados para pessoas em idade produtiva e para os aposentados, esses últimos, concentrando o maior volume de recursos.

Incentivos Fiscais do Imposto sobre a Renda como Instrumento de Política Social Redistributiva para a Projeção Econômica das Famílias: uma Revisão da Literatura

As bases de dados disponíveis apontam para o fato de que os programas voltados para a população em idade ativa absorvem menos recursos públicos, possuem efeitos redistributivos mais limitados e são mais heterogêneos, dificultando seu levantamento e comparabilidade.

Nesse último grupo de políticas sociais incluem-se à direcionadas às famílias, que estão incluídas no grupo da população em idade ativa, que é aquele em que as desigualdades tendem a ser crescentes ao longo das últimas três décadas, no âmbito de um declínio generalizado na redistribuição por meio de impostos e transferências de renda nos países da OCDE, nas últimas duas décadas.

Estudos voltados para o tema demonstram que países se utilizam de programas de transferências sociais, combinados com mecanismos aplicados ao imposto de renda para redistribuição, têm resultados significativos para a redução da pobreza, com forte prevalência do primeiro. Destarte, na média dos países da OCDE, cerca de três quartos da redução da desigualdade social devem-se às transferências, ao passo que os impostos sobre a renda das pessoas singulares e as contribuições para a seguridade social representam o restante.

A revisão da literatura realizada nesse trabalho, de acordo com as metodologias eleitas, ademais, aponta que o tema da tributação sobre a renda como instrumento de política social, não é amplamente abordado pela comunidade acadêmica nas plataformas de pesquisa e veículos de publicação de obras acadêmicas.

Não obstante, os instrumentos da tributação direta voltados à implementação de políticas sociais de redistribuição de renda, embora desempenhem um papel secundário em relação às transferências, são um componente relevante de efeito redistributivo, se determinado Estado implementar medidas assertivas de promoção à equidade vertical e redistribuição de renda em seus sistemas tributários.

A implementação de técnicas como o aumento da progressividade em faixas de rendas mais baixas, políticas tributárias de estímulo à contratação de trabalhadores em benefício das famílias e crianças, com a concessão de créditos fiscais que reduzam o montante a ser pago de imposto sobre a renda, eliminação de deduções do imposto de renda que tendem a beneficiar os mais ricos desproporcionalmente, revisão da tributação de todas as incidências sobre o patrimônio e riqueza, tributação sobre a transferência de ativos, são alguns exemplos de políticas tributárias efetivas para o combate da desigualdade.

No âmbito da evolução dessas políticas tributárias redistributivas fortaleceu-se a tendência de transferências referenciadas no emprego, por meio de reformas tributárias que incluíram reduções no imposto de renda pessoal e concessão de créditos fiscais, condicionados ao ingresso no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que foram estabelecidos critérios de elegibilidade mais rígidos para o recebimento de instrumentos de transferência direta.

A revisão da literatura sobre os incentivos da tributação sobre a renda com foco nas famílias reflete essa tendência, conforme os resultados obtidos pelos métodos bibliográficos utilizados no trabalho.

Destarte, ao se utilizar termos de pesquisa que incluem o imposto sobre a renda e seus impactos redistributivos para as famílias, observa-se que os resultados da produção acadêmica convergem para os Estados Unidos e o programa de créditos fiscais EITC, consolidados como o objeto mais frequente na pesquisa, seja quanto ao tema em si, como a concentração da produção acadêmica que gravita em torno dos termos genéricos de pesquisa empregados.

Portanto, em um primeiro olhar voltado para um dos eixos do presente projeto de pesquisa, nos termos da introdução, constata-se que o estudo voltado para os instrumentos de políticas sociais redistributivas veiculados através da tributação da renda, têm como referência obrigatória para o estudioso, o programa EITC dos Estados Unidos.

Nesse contexto, os avanços dos estudos a partir da revisão da literatura correlata poderá evidenciar a eficácia do programa EITC aplicado em países com contextos socioeconômicos diversos, além de esclarecer os motivos pelos quais técnicas tais como a progressividade na tributação, não aparecem no levantamento bibliográfico da produção acadêmica voltada ao estudo redistribuição de renda em benefício de famílias em situação de vulnerabilidade.

Embora a temática ocupe grau de relevância em estudos internacionais sobre as políticas sociais redistributivas, amplamente discutida como mecanismo de combate a pobreza e desigualdades, alinhada aos programas de transferência de renda, os estudos existentes sobre incentivos fiscais e técnicas do imposto sobre a renda direcionados às famílias sugerem que não se consolidou como pauta de interesse prioritário da agenda pública global, bem como não é amplamente abordado pela comunidade acadêmica nas plataformas de pesquisa e veículos de publicação de obras acadêmicas.

Todavia, os desdobramentos da pandemia e o crescimento dos índices de desigualdade refletido na baixa dos indicadores socioeconômicos, indicam a necessidade de se promover a criação de políticas tributárias redistributivas, como mais uma ferramenta de política social, que coordenados com as transferências de renda, possam otimizar os resultados de combate à pobreza das famílias.

8. Referências

- BROADWAY, B. *et al.* Literature review on the impact of welfare policy design on children and youth. **Journal of Economic Surveys**, p.1-32, oct. 2021. No prelo. DOI: /10.1111/joes.12467. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/joes.12467>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- BROOKES, B. Bradford's Law and the Bibliography of Science. **Nature**, v. 224, p. 953–956, dez. 1969. DOI: /10.1038/224953a0
- BURCH, M. *et al.* Prefix tag clouds. In: 17th International Conference on Information Visualisation, 17., 2013, Los Alamitos. **Resumos [...]** Los Alamitos, CA, USA: IEEE, 2013. Disponível em <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.659.8791&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.
- CAMINADA, K. *et al.* Antipoverty Effects of Various Social Transfers and Income Taxes Across Countries. **Social Indicators Research**, v. 154, n. 3, p. 1055-1076, abr. 2021. DOI: 10.1007/s11205-020-02572-9. Disponível em: <https://www.oecd.org/tax/tax-policy/revenue-statistics-latin-america-and-caribbean-brazil.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- CÂNDIDO, R. B. *et al.* Lei de Lotka: um olhar sobre a produtividade dos autores na literatura brasileira de finanças. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 23, n. 53, p. 1-15, set./dez., 2018. DOI: 10.5007/1518-2924.2018v23n53p1. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n53p1/37239>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CAUSA, O.; HERMANSEN, M. Income redistribution through taxes and transfers across OECD Countries, **OECD Economics Department Working Paper**, n. 1453, 91p. Paris: OECD publishing, dec. 2017. DOI: 10.1787/bc7569c6-en. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/economics/income-redistribution-through-taxes-and-transfers-across-oecd-countries_bc7569c6-en#page2. Acesso em: 17 fev. 2022.

GASSEN, V. **Equidade e Eficiência da Matriz Tributária Brasileira**. 2 ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016. 323p.

GASSEN, V.; VALADÃO, M. A. P. **Tributação nos Estados Unidos e no Brasil**: Estudo comparativo da matriz tributária (atualizado com a reforma tributária Trump). São Paulo: Almedina, 2020.

HEARST, M. A. *et al.* An evaluation of semantically grouped word cloud designs. **IEEE transactions on visualization and computer graphics**, v. 26, n. 9, p. 2748-2761, set. 2020. DOI: 10.1109/TVCG.2019.2904683. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8665933>. Acesso em: 22 fev. 2022.

JESUIT, D. K.; MAHLER, V. A. Fiscal redistribution in comparative perspective: Recent evidence from the Luxembourg Income Study (LIS) Datacenter, **LIS Working Paper Series**, n. 717, Luxembourg Income Study (LIS), Luxembourg, set. 2017. Disponível em: <http://www.lisdatacenter.org/wps/liswps/717.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

JÚNIOR, C. M. *et al.* Análise de Viabilidade de Utilizar as Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Pesquisa. In: **XXXVIII Encontro da ANPAD**, 28., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EPQ762.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

MALIK, A.; TUCKFIELD, B. **Applied unsupervised learning with R**: Uncover hidden relationships and patterns with k-means clustering, hierarchical clustering, and PCA. Birmingham: Packt Publishing Ltd, 2019. 320p.

MUSGRAVE, R. A., MUSGRAVE, P. B. **Finanças Públicas**: Teoria e Prática. Tradução: Carlos Alberto Primo Braga. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1980. 673 p.

NUNES, C. S. **Justiça Tributária**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 427 p.

OECD et al. **Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2021**, OECD Publishing, Paris, 2021. DOI: 10.1787/96ce5287-en-es. Acesso em: 17 fev. 2022.

_____. **In It Together**: Why Less Inequality Benefits All. Paris: OECD Publishing, 2015a. DOI: 10.1787/9789264235120-en

PINHEIRO, L. V. R. Lei de Bradford: Uma reformulação conceitual. **Revista Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 59-80, JUL./DEZ. 1983. DOI: 10.18225/CI.INF.V12I2.185. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/185/185>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. New York: ONU/PNUD, 2019. Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf, Acesso em: 25 fev. 2022.

ROMESBURG, C. **CLUSTER ANALYSIS FOR RESEARCHERS**. NORTH CAROLINA: LULU Press, 2004. 334p. Disponível em <https://shortest.link/32Ha>. Acesso em: 17 fev. 2022.

URBIZAGASTEGUI, R. A produtividade dos autores sobre a lei de Lotka. **Ciência Da Informação**, v. 37, n. 2, p. 87-102, dez. 2008. DOI: 10.18225/ci.inf.v37i2.1214. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n53p1/37239>. Acesso em: 22 fev. 2022.